

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.480 - RJ (2019/0068717-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : A S DE A M (PRESO)
ADVOGADOS : MARCIO BORGES DA SILVA CASTELLÕES - RJ189105
CARLOS DANIEL FERREIRA DIAS - RJ206957
JULIANA DAMIANA DA MOTTA PEREIRA - RJ210771
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. DECISÃO QUE SUBSTITUIU A PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PREJUDICIALIDADE.
Recurso prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **A S de A M** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o *Habeas Corpus* n. 0062853-16.2018.8.19.0000 (fls. 51/68):

HABEAS CORPUS. Artigos 2º, caput, §§2º e 4º, II, da Lei nº 12.850/13; e 316, caput, duas vezes, do Código Penal. Prisão preventiva decretada em 30/08/2018. Revogação.

1- Não se discute que, a prisão é medida de exceção, a qual se justifica à vista da presença dos requisitos autorizadores previstos em lei, em especial os do artigo 312, do Código de Processo Penal. Se a prisão preventiva foi decretada por decisão devidamente fundada em elementos e circunstâncias do caso concreto, e com base no citado dispositivo legal, não há amparo a sua revogação. Na hipótese, imputa-se ao ora paciente, a prática de crimes, em relação aos quais há indícios suficientes de materialidade e autoria, sendo necessária sua custódia cautelar, para garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal, autorizando a decretação da prisão preventiva, não se vislumbrando, portanto, qualquer nulidade na referida decisão, que à evidência, obedeceu ao disposto no inciso IX, do artigo 93, da Constituição Federal, e ao artigo 312, do Código de Processo Penal.

2 - Na esteira de entendimento de nossos Tribunais, eventuais condições subjetivas favoráveis ao agente, não são suficientes à concessão de liberdade provisória, se presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

3 - Diante das circunstâncias consideradas, forçoso reconhecer que, o ora paciente não se enquadra nas hipóteses que autorizam a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, permitindo a confirmação da custódia cautelar.

ORDEM DENEGADA.

Alega o recorrente, em suma, que não teriam sido apontados fundamentos idôneos para a manutenção da sua prisão cautelar.

Requer seja concedida a ordem a fim de revogar a prisão preventiva, com a imposição de medidas cautelares substitutivas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso (fls. 422/429).

É o relatório.

Sucedo que o pedido está prejudicado.

Nos autos da Ação Penal n. 0021666-89.2018.8.19.0206, o Juízo da 2ª Vara Criminal do Rio de Janeiro/RJ, em decisão datada de 21/5/2019, já determinou, com relação ao ora recorrente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares, com a expedição do competente alvará de soltura em seu nome (fls. 434/439).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso em *habeas corpus* (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator